

Boletim



Coordenação da “Auditoria Cidadã da Dívida” – nº 13 – 18 de agosto de 2005



Vejam neste Número

A proposta de “Déficit Nominal Zero”

Mais uma vez, o governo propõe um aumento do superávit primário. Até onde chegaremos com isso? (pág 4)

A Crise Política e o endividamento

Nesta crise política, os defensores do atual governo procuram minimizar os problemas ou desviar a atenção, dizendo que “esta crise não afetará o bom desempenho da economia”. Bom desempenho para quem? (pág 6)

Auditoria Cidadã da Dívida

Coordenação

Maria Lucia Fattorelli Carneiro

Responsável técnico pelo Boletim

Rodrigo Vieira de Ávila

Contato: (61) 3218-5276

auditoriacidada@unafisco.org.br

www.divida-auditoriacidada.org.br

Campanha Jubileu Sul

Contato: (11) 5572-1518

jubileubrasil@terra.com.br

Números da dívida: o primeiro semestre de 2005

Vejam quanto o país pagou de juros, quanto a dívida cresceu, e quanto foi destinado às áreas sociais. (pág 2)

Informes da Auditoria Cidadã

- Vejam como está o trâmite do pedido de auditoria oficial no Congresso Nacional
- Participem da Auditoria Cidadã nos Estados (pág 3)

Os extraordinários lucros dos bancos em 2005

Os banqueiros continuam fazendo a festa com a dívida pública, batendo recordes sucessivos de lucratividade (pág 9)

O engodo do “Risco País”

Mesmo tendo declarado moratória, interrompido os pagamentos aos credores privados por 3 anos, e depois proposto redução unilateral de 75% em sua dívida, a Argentina apresenta um “risco” igual ao brasileiro. Afinal, temos mesmo de ser “bonzinhos” com os credores? (pág 7)

Números da dívida: o primeiro semestre de 2005

Pagamento de Juros da Dívida Interna e Externa

De janeiro a junho de 2005, os juros acumulados pelas esferas federal, estadual e municipal foram de R\$ 80,1 bilhões. Esse valor representou mais que toda a “economia” feita pelas 3 esferas de governo no período para o pagamento da dívida (R\$ 59,95 bilhões, o chamado “Superávit Primário”). Apesar do enorme sacrifício imposto à Nação para se produzir o superávit primário, houve ainda um déficit de R\$ 20,2 bilhões nas contas públicas, visto que os juros não puderam ser pagos em sua totalidade.

Quando analisamos os gastos com a dívida como porcentagem do PIB (Produto Interno Bruto, que significa a soma de todas as riquezas produzidas pelo país), vemos que, de janeiro a junho de 2005, 8,6% de tudo o que se produziu no Brasil foi destinado ao pagamento de juros. Apesar da economia feita pelo governo - o chamado “Superávit Primário” - de 6,43% do PIB, houve ainda um déficit de 2,16% do PIB nas contas públicas. Interessante observarmos que a meta de superávit para as 3 esferas de governo é de 4,25% do PIB, mas o superávit realizado foi de 6,43%!

Se compararmos o gasto com juros na esfera federal nos primeiros 6 meses de 2005 (R\$ 62 bilhões) com a arrecadação total de tributos federais no mesmo período (R\$ 175,7 bilhões), veremos que 35% de tudo que arrecadamos está sendo destinado à dívida.

A Dívida Mobiliária Federal Interna também aumentou durante este período, passando de R\$ 857 bilhões em dezembro de 2004 para R\$ 938,77 bilhões em junho de 2005, devido às altas taxas de juros.

Contas Externas

As nossas contas externas continuam apresentando resultados preocupantes, apesar dos superávits comerciais tão comemorados pela mídia e pelo governo. De janeiro a junho de 2005, o país enviou para o exterior US\$ 6,5 bilhões de juros da dívida externa, US\$ 6,1 bilhões de lucros das multinacionais, US\$ 3,5 bilhões de serviços contratados no exterior, enquanto as amortizações da dívida externa atingiram US\$ 12,3 bilhões. Todas essas remessas somaram US\$ 28,4 bilhões, mais que o tão comemorado saldo da balança comercial, de US\$ 19,7 bilhões. Ou seja, todo o nosso esforço exportador – baseado no *agribusiness*, destruidor de empregos e do meio-ambiente - não é suficiente para pagarmos nossas despesas com o exterior. Portanto, a persistir essa política, continuamos dependentes da entrada de capitais estrangeiros, o que torna o país vulnerável ao humor do mercado financeiro internacional e seus mecanismos, como o “risco-país” por exemplo.

Destinação dos Gastos Federais

Nos 6 primeiros meses de 2005, o Governo Federal destinou nada menos que R\$ 52 bilhões ao pagamento das dívidas externa e interna, enquanto apenas destinou R\$ 36,2 bilhões a todas as áreas sociais listadas na tabela a seguir.

Verifica-se que nos setores de urbanismo, saneamento, habitação e transporte o governo aplicou menos de 10% do previsto para 2005. A Reforma Agrária recebeu apenas 19,58% do programado para o ano.

Governo Federal - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – janeiro a junho de 2005

Itens Selecionados	Programado para o ano (R\$ mil)	Realizado até junho (R\$ mil)	% Realizado
Segurança Pública	3.439.470	996.589	28,98
Assistência Social	16.002.546	7.534.069	47,08
Saúde	36.691.653	16.004.288	43,62
Educação	17.309.503	5.604.212	32,38
Cultura	607.668	132.666	21,83
Urbanismo	2.728.244	236.361	8,66
Habitação	721.556	3.738	0,52
Saneamento	199.357	4.993	2,50
Gestão Ambiental	2.483.580	317.047	12,77
Ciência e Tecnologia	3.817.355	919.978	24,10
Agricultura	11.736.216	2.964.969	25,26
Organização Agrária	4.024.094	787.817	19,58
Energia	750.972	103.014	13,72
Transporte	8.379.001	601.709	7,18
TOTAL DOS GASTOS SOCIAIS	108.891.215	36.211.450	33,25
SERVIÇO DA DÍVIDA (*)	179.551.847	52.365.200	29,16
Serviço da Dívida Interna	142.161.228	43.141.411	30,35
Serviço da Dívida Externa	37.390.619	9.223.789	24,67

Fonte: Banco Central e Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal www.stn.fazenda.gov.br.

(*) Juros e amortizações, exceto o refinanciamento. O serviço da dívida externa refere-se à dívida externa pública.

Informes da Auditoria Cidadã

Vejam como está o trâmite do pedido de auditoria oficial no Congresso Nacional

Dia 18 de maio de 2005 foi entregue ao Senado Federal requerimento para a Instalação de Comissão Parlamentar Mista para realizar auditoria das dívidas interna e externa, proposta pela Frente Parlamentar de Acompanhamento da Dívida, presidida pela deputada Dra. Clair (PT/PR). Como o requerimento obteve as assinaturas necessárias (1/3 dos senadores e 1/3 dos deputados), basta que ele seja lido em Plenário para que a Comissão seja oficialmente instalada. Porém, devido à recente abertura de várias CPI's no Congresso para a apuração das denúncias relativas aos Correios e à compra de votos, as atenções da mídia e dos parlamentares estão totalmente voltadas para estas investigações. Assim que a situação se normalize, a Frente Parlamentar solicitará que o requerimento seja lido em Plenário, e assim a Auditoria Oficial, tão desejada por todos nós, será finalmente instalada. Porém, teremos de lutar muito para que a Auditoria possa contar com integrantes que garantam um rumo certo a ela, apurando efetivamente todas as irregularidades do processo de endividamento externo.

Participem da Auditoria Cidadã nos Estados

Uma importante parte da Auditoria Cidadã da dívida é a verificação da correta aplicação dos recursos dos empréstimos. Para isso, é fundamental a participação de economistas, advogados, estudantes e membros de comunidades locais na verificação dos projetos financiados, tais como estradas, pontes, projetos de assentamento rural, etc, certificando que tais obras realmente foram concluídas. Este trabalho já tem sido feito em alguns estados e, para participar, contatar a Coordenação da Auditoria Cidadã da Dívida, no tel (61) 3218-5276.

A proposta de “Déficit Nominal Zero”

Mais uma vez, o governo propõe um aumento do superávit primário. Até onde chegaremos com isso?

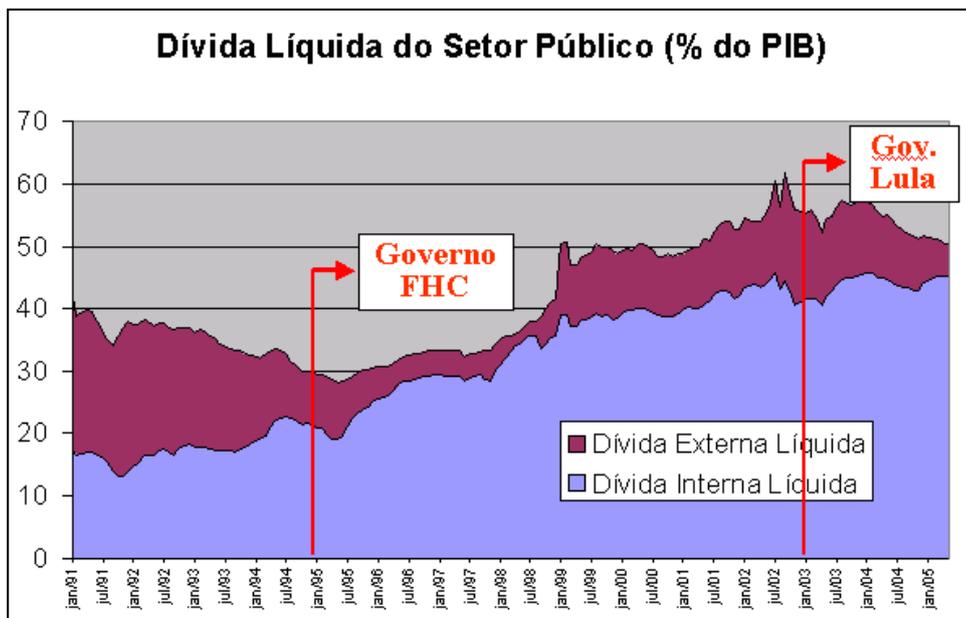
1 - A atual política econômica vive um esgotamento, até mesmo na visão do governo

Um dos principais objetivos da atual política econômica é o combate à inflação via altas taxas de juros e sobrevalorização do real, reduzindo-se o valor dos produtos importados. Porém, esta política de juros impede o crescimento econômico, ao inibir novos investimentos. Qualquer crise financeira internacional, ou mesmo o retorno do câmbio ao seu nível anterior, provocará novas pressões inflacionárias, levando o governo a aumentar ainda mais os juros na tentativa de conter a inflação¹.

Além do mais, altas taxas de juros provocam também o aumento do endividamento.

A Dívida Pública tem apresentado uma trajetória preocupante, apesar do discurso governista de que ela estaria sob controle, ou mesmo reduzindo-se. De fato, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP - a soma da dívida interna e externa, menos os créditos que o governo tem a receber) caiu de 55,5% para 50,26% do PIB desde dezembro de 2002. Porém, se observarmos o gráfico acima, veremos que esta queda se deveu somente à sobrevalorização do real, provocada pelas altíssimas taxas de juros, que atraem capital estrangeiro especulativo e assim reduzem o valor da moeda americana. Com a

sobrevalorização do real, a Dívida Externa se reduz, quando convertida de dólares para reais. Já a Dívida Interna Líquida (parte azul do gráfico) permanece em tendência de alta.



Fonte: Banco Central

Qualquer crise financeira internacional, ou mesmo o retorno do dólar ao seu patamar anterior, fará com que a Dívida Externa Líquida volte a crescer, revelando sua real dimensão.

Outro fato relevante relativo à dívida pública é a deterioração de seu perfil. Em dezembro de 2002, o prazo médio de vencimento da dívida mobiliária federal interna era de 33,24 meses. Hoje, este prazo caiu para 27,46 meses.

Diante deste beco sem saída - no qual as altas taxas de juros impedem o crescimento e aumentam a dívida pública - o economista Delfim Netto apresentou, em jantar realizado dia 5 de julho de 2005, com a presença dos ministros Antônio Pallocci (Fazenda) e Paulo Bernardo (Planejamento), banqueiros, empresários, deputados e senadores, uma alternativa à atual política econômica: a busca do chamado “déficit nominal zero”, que, em última análise, significa aumentar ainda mais o superávit primário (reserva de recursos para o pagamento da dívida pública), para convencer os credores do governo de que a dívida será paga. Convencidos disto, os credores aceitariam taxas de juros menores para financiar o governo, o que desarmaria esta

¹ Importante ressaltar, neste contexto, que é o próprio governo o principal responsável pela inflação, reajustando as tarifas públicas em índices muito superiores à média geral de preços. Segundo o DIEESE, a inflação acumulada nos primeiros 8 anos do Plano Real (jul/94 a jun/2002) foi de 126%. Porém, os preços administrados pelo governo subiram 238,1%, ou seja, quase o dobro. Este comportamento continuou em 2003, quando os preços administrados subiram 13,2%, quase o dobro dos demais preços (7,79%). Em 2004, os chamados preços livres cresceram 6,55%, enquanto os administrados atingiram 10,19%. Um estudo de 2002, do próprio Banco Central (“Os Preços Administrados e a Inflação no Brasil”, de Francisco Figueiredo e Thais Ferreira), verificou que nada menos que 49,1% da inflação ocorrida de 1995 a 2002 foram devidos aos preços administrados, a despeito de esses possuírem um peso de menos de 30% no cálculo do IPCA.

armadilha montada pela atual política econômica.

Desde já, cabe-nos afirmar que não é isso que ocorreu nos últimos dez anos: o governo sempre foi generoso com os credores, sempre aumentou ano após ano o superávit primário, privatizou quase todas as empresas estatais – a pretexto de evitar gastos em empresas deficitárias -, e os juros continuam altos até hoje.

2 – Como seria obtido o chamado “Déficit Nominal Zero”?

O termo superávit primário significa a diferença entre a arrecadação e os gastos do governo. Porém, este conceito de superávit primário não inclui nos gastos do governo as despesas com a dívida. Já o conceito de superávit nominal significa a diferença entre a arrecadação menos os gastos do governo, incluídos os gastos com a dívida.

Assim, temos a seguinte situação: hoje, o governo realiza um superávit primário imenso (a meta para este ano é de 4,25% do PIB), que é insuficiente para se pagar os juros da dívida (que no ano passado atingiram 7,29% do PIB). Quando se incluem, nas despesas do governo, os juros da dívida, este superávit primário de 4,25% do PIB se transforma em um déficit nominal de cerca de 3% do PIB.

Se o governo está propondo zerar o déficit nominal, significa, portanto, que teria de realizar um superávit primário equivalente a todos os gastos com juros da dívida, ou seja: terá de realizar um superávit primário de 7 a 8% do PIB (quase o dobro do atual) para que, no fim das contas, não haja déficit nominal.

Para tentar viabilizar este tremendo arrocho sobre o orçamento público, o governo levanta a possibilidade de congelar pelos próximos 8 anos o gasto real com pessoal e custeio (o que significa que os servidores não poderão ter aumento real, e que gastos sociais não poderão aumentar) e duplicar a chamada DRU (Desvinculação das Receitas da União) de 20% para 40%. O que isso significa? Atualmente, o governo federal tem a obrigação de gastar com educação, previdência e outras áreas sociais uma determinada parcela do seu orçamento. Porém, 20% das receitas federais ficam de fora destas obrigações, ou seja: o governo pode gastar estes 20% no que quiser, e acaba destinando boa parte deles aos juros da dívida. Agora, o governo quer ampliar de 20% para 40% a fatia do orçamento

que pode ser gasta livremente. Outra medida em cogitação é a revogação da Emenda Constitucional n. 29, criada para obrigar o governo a aumentar os gastos com saúde na mesma proporção do aumento do PIB nominal.

A forma escolhida pelo governo para implementar estas medidas foi uma Proposta de Emenda Constitucional (que visará alterar a Lei Maior do País), para conquistar mais credibilidade dos credores da dívida pública.

3 - Quais as possibilidades políticas desta proposta?

As discussões ocorridas durante o processo de formulação da chamada “Lei de Responsabilidade Fiscal”, em 2000, indicam que há, mesmo no campo da direita, obstáculos políticos à implementação da proposta de déficit nominal zero. Na ocasião, o próprio presidente FHC vetou dispositivo que implementaria o resultado nominal zero, visto que, para tanto, muitos gastos sociais teriam de ser cortados. Outra experiência histórica que deve ser resgatada é a tentativa do ex-presidente argentino Fernando de La Rúa de implementar, por lei, o déficit zero. Tal iniciativa foi seguida pela renúncia do próprio presidente, em meio a massivos protestos populares.

Resta saber se esta proposta, emanada agora do próprio Partido que fazia, até alguns anos atrás, oposição a FHC e à direita em geral, poderia ter melhores chances de ser aprovada. Caso seja apresentada na forma de Proposta de Emenda Constitucional, e apoiada até mesmo pelos parlamentares ditos de “esquerda”, a proposta contaria certamente com o apoio de uma grande maioria de parlamentares.

Neste contexto, os movimentos sociais talvez possam ser a última barreira contra a implementação desta proposta, que prevê que o ônus da atual política econômica continuará recaindo sobre os trabalhadores, ao invés de recair, finalmente, sobre aqueles que mais ganham com o endividamento público: os rentistas. Na visão delfiniana, para a obtenção do chamado “déficit zero”, primeiro se cortariam os gastos sociais, para que, depois, quem sabe, os juros pudessem reduzir-se, como resultado da melhoria da credibilidade do governo frente aos investidores.

Porém, na verdade, sabemos que o "mercado" é insaciável. Até onde vamos chegar com isso?

A Crise Política e o endividamento

Nesta crise política, os defensores do atual governo procuram minimizar os problemas ou desviar a atenção, dizendo que “esta crise não afetará o bom desempenho da economia”. De fato, a economia vai bem, mas para quem? Para o setor financeiro. Os lucros dos bancos subiram, no primeiro trimestre deste ano, nada menos que 52% em relação ao mesmo período do ano passado, e os primeiros dados do primeiro semestre deste ano assustam: O Banco HSBC apresentou lucro 58% maior que no mesmo período de 2004, enquanto os ganhos do Banco Real cresceram 18%, os do Itaú 35,6%, os do Unibanco 47% e os do Bradesco nada menos que 110%! Somente nos primeiros 6 meses deste ano, o Bradesco apresentou lucro de R\$ 2,621 bilhões, o maior resultado da história do sistema bancário brasileiro, e equivalente a mais que o triplo dos gastos do governo federal com reforma agrária no mesmo período.

Este é o retrato do atual governo: para os banqueiros, tudo. Para os trabalhadores, reformas neoliberais e arrocho salarial. Segundo o IBGE, em maio deste ano, o salário médio recebido pelos trabalhadores brasileiros era 14,4% menor que em maio de 2002, último ano de Fernando Henrique. Enquanto FHC reajustou, em termos reais, o salário mínimo em 4,5% ao ano, Lula o fez em apenas 3,5% ao ano, mesmo considerando o último reajuste, para R\$ 300. E mesmo no que se refere ao nível de emprego, comemorado pelo governo, o aumento no número de postos de trabalho em 2004 nem ao menos compensou a explosão de desemprego ocorrida em 2003. Segundo o DIEESE, o desemprego no ano passado foi ainda maior que em 2002, último ano de FHC.

No que se refere ao orçamento público, nunca os recursos públicos foram tão drenados para o pagamento da dívida. Apenas nos primeiros seis meses de 2005, os juros da dívida atingiram mais de R\$ 62 bilhões apenas na esfera federal (um recorde histórico), que não puderam ser pagos em sua totalidade, visto que o superávit primário federal – ou seja, a reserva de recursos do orçamento para o pagamento da dívida – foi de R\$ 40,4 bilhões, outro recorde histórico. Enquanto os rentistas se aproveitam destes R\$ 62 bilhões, apenas R\$ 36,2 bilhões foram destinados à soma de todos os gastos com Segurança Pública, Assistência Social, Saúde,

Educação, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Organização Agrária, Energia e Transporte. É essa economia que se quer preservar diante da crise política?

Além disto, dada a atual liberdade de envio de recursos para o exterior, qualquer rumor de que a crise possa atingir o presidente fatalmente gerará fuga de capitais e crise financeira. Isto pois é o presidente que, em última instância, garante politicamente este esquema de favorecimento aos credores financeiros, através de altíssimas taxas de juros e superávits primários recordes. Caso os credores tenham qualquer desconfiança de que o comando político possa ser atingido, inicia-se a fuga de capitais, o que obrigará o governo a elevar as taxas de juros a níveis muito mais elevados (na tentativa de segurar este capital no país), estagnando a economia.

Não há alternativa para o país mantendo-se esta política. Juros altos impedem a geração de emprego e renda, e concentram cada vez mais a riqueza do país através do perverso mecanismo da dívida pública. A atual liberdade de movimentação de capitais nos deixa refém das imposições dos credores, que podem fugir a qualquer ensaio de mudança.

Infelizmente, o governo não entendeu o recado que a crise política está lhe dando. A crise é um mero resultado do governo ter optado por governar com e para as elites, provavelmente comprando parlamentares até mesmo para aprovar um salário mínimo ridículo, ou a reforma da previdência, ambas as medidas voltadas, em última análise, para priorizar o pagamento da dívida, em detrimento de um salário digno para os servidores públicos aposentados e trabalhadores em geral.

Ao invés de governar com o povo, chamando-o para a luta com um parlamento conservador, preferiu se aliar à direita. Em meio à crise, o governo ainda faz a proposta indecente de “déficit nominal zero” (que significa aumentar ainda mais o superávit primário), que pode “acalmar os mercados” e garantir o apoio da elite financeira neste delicado momento.

Ao invés de aprender a lição e passar a governar com o povo, o governo prefere fazer mais do mesmo.

O engodo do “Risco País”

Mesmo tendo declarado moratória, interrompido os pagamentos aos credores privados por 3 anos, e depois proposto redução unilateral de 75% em sua dívida, a Argentina apresenta um “risco” igual ao brasileiro. Afinal, temos mesmo de ser “bonzinhos” com os credores?

O “risco-país” é um adicional de juros que temos de pagar aos credores de nossa dívida externa. Segundo os credores, este adicional serve para compensar o risco deles não receberem de volta os recursos que nos emprestaram. Nesta visão, quanto maior a probabilidade de não pagarmos a dívida, maior seria o risco e, portanto, maior seria o adicional de juros que pagaríamos por nossa dívida.

Pegando carona nesta idéia, a grande mídia e os comentaristas econômicos conservadores sempre repetem a idéia de que **“temos de pagar religiosamente a dívida, para que nosso risco-país caia, e possamos, assim, tomar empréstimos a juros mais baixos”**. Repetem, também, a idéia de que **“nosso risco é alto devido à nossa moratória de 1987”**. Interessante observar que tal moratória ocorreu não porque o governo assim desejou, mas porque as altas unilaterais das taxas de juros pelos Estados Unidos no início da década de 80 nos deixou absolutamente sem dólares. Aliás, alguns meses depois já estávamos negociando com os credores, e os pagamentos atrasados foram completamente pagos.

No Boletim n. 10, mostramos que o “risco-país” depende, na realidade, da própria disposição dos credores a nos emprestar, e não de nossa “capacidade de pagamento”. Agora, os acontecimentos na Argentina são mais uma prova cabal de que o risco-país é, na realidade, um engodo.

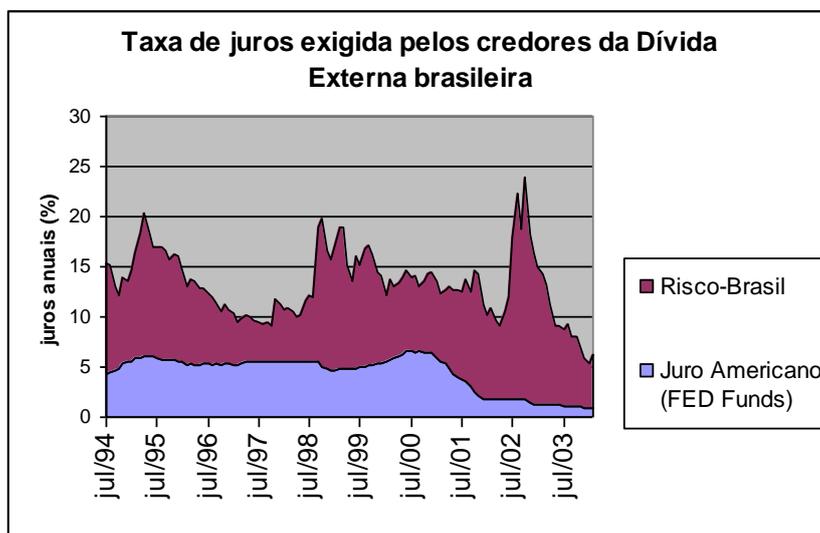
Nosso país vizinho, que em fevereiro de 2005 reduziu - de forma unilateral - sua dívida em nada menos que US\$ 67 bilhões, apresenta hoje, um “risco” praticamente igual ao brasileiro. Ao final de julho de 2005, a Argentina estava pagando um adicional de juros de 4,10% ao ano por seus empréstimos, enquanto o Brasil pagava 4,01%.

Vemos que o risco-país consiste, na realidade, em mais uma forma de espoliação dos países do Terceiro Mundo, e

ainda serve de instrumento de chantagem para garantir que estes países mantenham a aplicação do receituário neoliberal. A qualquer ameaça de mudança nas políticas econômicas conservadoras, os credores chantageiam, aumentando o tal “risco”, e fechando as linhas de crédito aos países endividados.

Porém, a Argentina provou que este “risco” é como um cachorro que late, mas não morde: nosso país vizinho afrontou os credores impondo, de forma unilateral, uma grande redução na dívida, e mesmo assim, passada a crise, eles continuaram dispostos a emprestar, a taxas de juros praticamente iguais às brasileiras. O que mostra que a dívida externa é um negócio da china para os investidores internacionais, que jamais vão querer deixar de nos emprestar, para continuar ganhando fortunas em juros, às nossas custas.

Somente o governo brasileiro ainda não percebeu o engodo que representa este instrumento ilegítimo denominado “Risco-país”. Apesar de sempre termos quitado a dívida religiosamente, nunca deixamos de pagar este “risco”, sob a desculpa de que algum dia, poderíamos entrar em moratória (ver gráfico abaixo).



É sempre bom ressaltar que a opção argentina não significa uma alteração profunda nas causas dos problemas do endividamento, visto que nosso país vizinho continuará tomando empréstimos para pagar a dívida remanescente (cerca de US\$ 125 bilhões), que certamente voltará a crescer devido aos juros. A opção correta seria anular a dívida externa como um todo, já condenada no Processo Olmos, em um Tribunal de Buenos Aires (ver Boletim n. 12),

que demonstrou diversas ilegalidades da dívida externa argentina.

Apesar disto, não podemos negar que o episódio da redução unilateral da dívida argentina destruiu, de forma cabal, muitos mitos neoliberais importantes, principalmente aquele segundo o qual *“sempre teremos de ser dóceis aos credores para que eles continuem nos emprestando”*.

Os extraordinários lucros dos bancos em 2005

Os banqueiros continuam fazendo a festa com a dívida pública, batendo recordes sucessivos de lucratividade

Imagine um país onde o lucro das empresas que se dedicam a guardar e emprestar dinheiro se compara aos gastos com saúde pública. Este país existe, e se chama Brasil.

De acordo com dados do Banco Central, no ano de 2004, os bancos lucraram nada menos que R\$ 20,8 bilhões. E os primeiros dados de 2005 apontam para um lucro ainda maior este ano: no primeiro trimestre de 2005, os 107 bancos brasileiros apresentaram um lucro de R\$ 6,3 bilhões, 52% a mais que no mesmo período do ano passado. A título de comparação, no mesmo período foram gastos em saúde (pela esfera federal) R\$ 7,8 bilhões.

Com os juros mais altos do mundo, o Brasil é o paraíso dos rentistas. As sucessivas altas da taxa Selic, que indexam a maior parte da dívida interna federal, favorecem diretamente os bancos, principais credores desta dívida. Enquanto no primeiro trimestre do ano passado a Selic variou entre 16,50% a 16,25% ao ano, nos primeiros três meses de 2005 ela passou de 17,75% a 19,25%. Assim, não é difícil explicar o aumento dos lucros das instituições financeiras.

Outro fator determinante nos extraordinários lucros destas instituições é o ganho cada vez maior com tarifas bancárias, que cresceu 23% no período. Com uma estrutura altamente oligopolizada, os bancos não dão muita alternativa aos clientes, que têm de arcar com pesadas taxas para a utilização de serviços bancários. O sistema bancário brasileiro é tão concentrado que, no primeiro trimestre de 2005, somente os cinco maiores bancos responderam por quase 70% do lucro das 107 instituições financeiras existentes no país. Os 10 maiores bancos responderam por 83% do lucro bancário nacional.

Outro fator que explica a maior lucratividade dos bancos é o surgimento do empréstimo com desconto em folha, criado pelo governo recentemente. Nesta modalidade de empréstimo, o pagamento das parcelas pelo cliente é feito através de desconto no próprio contracheque, ou

seja, a inadimplência é nula. Alegava o governo e as instituições financeiras que, com a inadimplência reduzida, os bancos poderiam cobrar menos juros. Porém, as taxas cobradas pelos bancos para este tipo de empréstimo eram, em maio deste ano, de 35,6% ao ano em média, segundo o Banco Central. Ou seja: quase o dobro da Selic, que já é a maior taxa de juros do mundo.

Alguns bancos já divulgaram seus balanços do primeiro semestre de 2005, e os dados assustam: o Banco HSBC apresentou lucro 58% maior que no mesmo período de 2004, enquanto os ganhos do Banco Real cresceram 18%, os do Itaú 35,6%, os do Unibanco 47%, e os do Bradesco nada menos que 110%! Somente nos primeiros 6 meses deste ano, o Bradesco apresentou lucro de R\$ 2,621 bilhões, o maior resultado da história do sistema bancário brasileiro, e equivalente a mais que o triplo dos gastos do governo federal com reforma agrária no mesmo período.

Não é difícil identificar os que ganham com determinada política econômica. Justificada pelo governo como a única alternativa para conter a inflação, a política de juros altos é até mesmo vista por alguns como uma decisão meramente técnica, voltada para se garantir as metas de inflação, preservando-se assim o poder aquisitivo dos brasileiros.

Porém, o governo que coloca os juros nas alturas é o mesmo governo que mais contribui com a inflação: em 2004, os preços administrados (isto é, controlados pelo governo, como as tarifas públicas) subiram 10,19%, enquanto os “preços livres” apenas 6,55%, de acordo com o IPCA/IBGE.

Assim, gera-se um mecanismo perverso, no qual o governo fabrica o aumento de preços, e depois joga os juros nas alturas para atingir as metas de inflação.

E os banqueiros continuam fazendo a festa.